



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº 8522345-26.2017.8.06.0000

Assunto: Contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

PARECER

Em evidência, o processo acima identificado que trata da contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME, para prestação de serviços comuns de manutenção e adequação predial em edificações do Poder Judiciário Cearense, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Instruem os autos os seguintes documentos:

- a) Termo de Referência e anexos (fls. 02/46);
- b) Pesquisa de mercado (fls. 47/75);
- d) Justificativa para contratação direta (fls. 124/128)
- e) Solicitação de reserva orçamentária e a dotação (fls. 130 e 133);
- f) Minuta do contrato (fls. 215/288).

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, cumpre registrar que o âmbito de análise deste parecer se restringe aos aspectos legais do processo trazido a exame, pois não cabe a esta Consultoria Jurídica adentrar nos aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e

oportunidade da contratação ora pretendida, sob pena de usurpar competência que é própria do Administrador Público no exercício de seu mister.

Firmada essa breve premissa, passamos, nos tópicos seguintes, ao exame do vertente processo de dispensa de licitação e da minuta de contrato a ele vinculada, com o fito de verificar se os mesmos se encontram em consonância com os princípios e normas legais que lhes são pertinentes.

a) Da viabilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, com arimo no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, conforme se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" (grifo nosso)

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador ordinário para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentando a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, em seus arts. 24 e 25, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível, ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado.

Pois bem. No presente caso, como visto, sustenta-se o cabimento da contratação direta ora pretendida, tendo por base a hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV – nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência e da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Segundo a melhor doutrina, a situação de emergência de que trata o dispositivo retrocitado é aquela em que as circunstâncias do caso concreto reclamam pronta contratação do bem ou serviço pretendido pela Administração Pública, não se podendo esperar o tempo necessário à conclusão da licitação, sob pena de risco de dano ao erário ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos ou bens, públicos ou particulares. Nesse mesmo sentido, confira-se:

*É (a emergência) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência (AMARAL, Antonio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49).*

Pelo que consta dos autos, é exatamente esse tipo de emergência o que se nos apresenta na hipótese vertente, onde se verifica que o prazo de vigência do atual contrato emergencial expirou, sem que tenha sido concluído o competente processo licitatório destinado à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção e adequação predial. Tal situação, com é óbvio, acarreta um risco iminente e constante de comprometimento da integridade das edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará e da segurança dos seus usuários, e, por esse motivo, exige solução imediata, dando margem, assim, a uma nova contratação emergencial.

Com efeito, há uma necessidade pública, *in casu*, que precisa ser imediatamente atendida e não pode aguardar a conclusão do processo de licitação (a execução de serviços de manutenção e adequação predial em diversas edificações do Poder Judiciário do Estado do Ceará), uma vez que a interrupção da prestação dos serviços ora pretendidos implica em risco de danos irreparáveis (comprometimento da integridade das edificações e da segurança dos seus usuários).

Daí por que a realização de uma nova contratação emergencial se apresenta como a única alternativa viável na espécie, para evitar um sacrifício insuportável ao interesse público (v.g., a paralisação de setores do Judiciário Cearense).

O próprio Tribunal de Contas da União, em decisão plenária, admitiu expressamente a possibilidade de, em casos excepcionais e para salvaguardar o interesse público, ser realizada uma segunda contratação emergencial pela Administração Pública, como se pode verificar no precedente abaixo transcrito:

Caso outro estado emergencial ou calamitoso ocorra dentro dos cento e oitenta dias do primeiro, outra aquisição, devidamente justificada, através de outra contratação direta, sempre poderá ser realizada – e ainda que seja com a mesma pessoa física ou jurídica; o que se veda é a PRORROGAÇÃO de um mesmo contrato, para além de cento e oitenta dias; isto parece mais razoável do que entender ter a lei proibido toda e qualquer prorrogação dentro desse prazo, até porque estaria, nesse passo, tumultuando terrivelmente o disciplinamento das prorrogações previsto nos artigos 57 e seguintes. (TCU – Decisão 822/97 – Plenário).

Feitas essas ponderações e avançando na análise do feito, verifica-se que, na pesquisa de mercado anexa, foi a empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME a que apresentou a melhor proposta de preços, nas condições previamente estabelecidas pela área técnica, o que legitimou a decisão por sua escolha no caso.

Por outro lado, é de se ressaltar, outrossim, que a contratação direta ora pretendida deverá perdurar apenas pelo tempo estritamente necessário à conclusão de processo licitatório específico a ser instaurado para esse fim, havendo de ser observado, em todo caso, o prazo máximo de 180 (cento e oitenta), conforme previsão legal.

À luz de tais considerações, encontra-se, por conseguinte, evidenciada nos autos a ocorrência de situação emergencial que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação, na forma do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Esclarecida tais questões, e verificando-se, ademais, que o processo de dispensa de licitação *sub examine* obedece todas as formalidades legais cabíveis na espécie, em especial aquelas de que trata o art. 26 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta de contrato em anexo. É o que faremos adiante.

b) Da análise prévia da minuta do contrato.

Examinando-se acuradamente aludida minuta, verifica-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, as chamadas cláusulas necessárias, previstas no

art. 55 da Lei nº 8.666/93, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos e dispõem sobre: a legislação aplicável à espécie; a finalidade da contratação e seus elementos característicos; as obrigações das partes; as condições e os prazos para a execução dos serviços; a dotação orçamentária; o preço contratado e as condições de pagamento; o prazo de vigência; a garantia contratual; as penalidades cabíveis, dentre outras que complementam as condições de execução da avença.

Temos, portanto, que a minuta ora analisada atende às exigências legais.


Lembramos, por fim, que, antes de concluído o processo de contratação em tela, deve a área técnica verificar a regularidade da documentação apresentada pela empresa a ser contratada, tomando as medidas necessárias para o saneamento de eventual pecha porventura detectada. Feito isso e assinado o contrato pelas partes, deve ainda ser providenciada sua publicação resumida na imprensa oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Conclusão

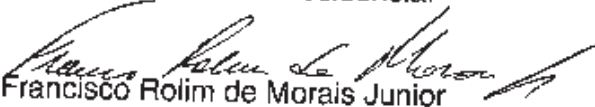
Ante todo o exposto, e ressaltando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

À superior consideração.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2017


Alexandre Diego de Saboya Cruz
Assessor Jurídico

De acordo, À douta Presidência.


Francisco Rolim de Moraes Junior
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8522345-26.2017.8.06.0000

Assunto: Contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

R.h.

Aprovo o parecer, que desta decisão passa a ser integrante.

Autorizo a celebração do contrato com a empresa AGRADA SERVIÇOS E EVENTOS LTDA. - ME, nos termos da minuta apresentada, devendo a Coordenadoria Central de Contratos e Convênios providenciar a coleta das assinaturas devidas.

Ademais, por uma questão de cautela, em se tratando de um caso excepcional de contratação pública, em que a prévia licitação é dispensada, determino a instauração de sindicância para que se apure se a situação emergencial evidenciada nos autos decorreu, única e tão somente, de fatores externos, ou se houve algum tipo de conduta desidiosa ou má gestão por parte de servidores deste Tribunal a contribuir para sua ocorrência, hipótese em que quem lhe tiver dado causa deverá ser responsabilizado na forma da lei.

Exp. nec.

Fortaleza-CE, 19 de dezembro de 2017


Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará